

Ministro do Ambiente: “Câmara de Valongo barrou a possibilidade dos lixiviantes serem tratados na ETAR”

21 de Maio, 2020

O ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, foi esta quarta-feira ouvido no Parlamento acerca da situação ambiental dos aterros de Valongo e Azambuja. O responsável pela pasta do Ambiente explicou a origem dos “maus cheiros” provenientes dos aterros e assegurou as preocupações referentes ao tratamento de resíduos contendo amianto.

Aterro de Valongo

Em relação ao aterro de Valongo, João Matos Fernandes afirma que “o **mau cheiro** vem do facto da Câmara de Valongo ter barrado a possibilidade dos lixiviantes serem tratados na ETAR”. O ministro admite que intercedeu junto da autarquia, com o objetivo dessa ligação ser feita mas sem sucesso, e explica que “esses lixiviados estão a ser tratados em algum sítio, lançados para o rio é que não estão. Só que saem dali em camião cisterna e ficam depositados durante algumas horas até que o camião os tire de lá.” “Se de facto fosse tratados na ETAR o cheiro era muitíssimo menor”, esclarece.

Desde 2019 que foram realizadas diversas ações inspetivas ao aterro das quais resultou a “identificação de incumprimentos” pelo que foi constituída uma Comissão de Acompanhamento cuja primeira visita à Recivalongo decorreu em dezembro do ano passado. Daí “resultou a decisão de aplicar um conjunto de medidas corretivas, entre outras, a necessidade de redução da frente de trabalho de deposição dos resíduos e de proceder à cobertura viária da totalidade dos resíduos depositados e da estação de tratamento de águas lixiviantes”, enumera o ministro, adiantando que “essas medidas foram cumpridas pela empresa no prazo estabelecido”.

João Matos Fernandes relembra que, a 1 de maio, “parou a deposição de resíduos provenientes de outros países no aterro de Valongo” e que até 15 de maio foi impedida a entrada de 246.000 toneladas de **resíduos importados**, valor que ultrapassa já toda a quantidade de resíduos recebidos para deposição em aterro no ano de 2019.

Aterro da Azambuja

Sobre o aterro da Azambuja, o ministro dá conta que as instalações receberam em 2019 – pela 1.ª vez no triénio 2017-19 – “um número ligeiramente inferior a 15.000 toneladas” de resíduos importados cujo biogás e lixiviado foi “diminuto”.

João Pedro Matos relaciona os “relatos de **maus cheiros**” com o “período em que a Valorsul teve a sua central de incineração e manutenção sendo por isso obrigada a depositar material orgânico em vários aterros da região de Lisboa

e Vale do Tejo. Já os resíduos contendo **amianto** “são depositados numa zona sinalizada do aterro, sendo feita a cobertura dos mesmos, efetuando-se vigilância sobre a referida zona”, garante.

O responsável recorda que, a par da incineração, “a deposição em aterro constitui no âmbito da hierarquia da gestão de resíduos uma opção de último recurso”. Para ambas as opções, “há potenciais efeitos negativos sobre o ambiente” com “riscos para a saúde humana”.